



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

## A CONDIÇÃO HEGEMÔNICA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO: DESPRETIOSAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SERVIÇO SOCIAL, CLASSES E INTELECTUAIS

Ana Livia Adriano<sup>1</sup>

**Resumo:** O debate da hegemonia do projeto profissional, cuja expressão imediata se condensa na conexão dos sujeitos e entidades do Serviço Social às lutas dos trabalhadores, constitui-se uma preocupação central desse texto. Logo, a discussão da classe e dos intelectuais torna-se indispensável à medida que não se compreende a condição hegemônica do projeto ético-político, sem evidenciar a conexão orgânica entre serviço social e história.

**Palavras-chave:** Hegemonia; luta de classe; serviço social.

**Abstract:** The debate about the hegemony of the professional project, whose immediate expression is condensed in the connection of the subjects and entities of the Social Service to the struggles of the workers constitutes a central concern of this text. This the discussion of class and intellectuals becomes indispensable as one does not understand the hegemonic condition of the ethical-political project without evidencing the organic connection between social service and history.

**Keywords:** Hegemony; class struggle; philosophy of praxis; Gramsci.

### 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos três anos, mais precisamente após agosto de 2016, presencia-se na sociedade brasileira o questionamento à democracia, em suas bases aparentemente frágeis, expressadas por uma prática tão recorrente à formação social brasileira: *os golpes*. O conceito e a prática dos ciclos permanentes de “contrarrevoluções preventivas”, destacados por Florestan Fernandes (re)atualizam-se, e os desafios à parcela dos trabalhadores que pugnam pela democracia e pela justiça social são múltiplos.

O recrudescimento da desigualdade, da violência, a militarização da vida social, do extermínio a juventude negra e aos moradores das periferias, da intolerância e das expressões barbarizantes de preconceitos, cujas confluências e tensões entre o arcaico e o moderno se exacerbam, constituem umas das determinações do contemporâneo. Certamente esses determinantes alcançam o serviço social, na defesa do projeto profissional e dos posicionamentos teóricos, éticos e político que o conformam.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, E-mail: analivias@gmail.com.

Analisar o presente é uma das tarefas mais urgente e, também, mais espinhosa aos que buscam compreender minimamente as configurações societárias do tempo em que se vive. Na tentativa de compreender sua morfologia, suas complexidades e potências, é necessário depurar os traços de continuidade e os de ruptura, para evitar uma “romantização”<sup>2</sup> do passado e uma supervalorização do presente, uma vez que a história não se configura como “uma cadeia singular de particularidades, sem nenhuma ligação dinâmica com os fatores que associam povos distintos através de civilizações comuns” (Fernandes: 2005,32).

Entre o saudosismo e o presenteísmo podem se formar abismos para compreender os processos sociais que conformam a contemporaneidade, afinal se o passado atribui seu sentido a “uma continuidade coletiva de experiência” (Hobsbawm:2013,38), este lança forma ao sentido do futuro (e, por conseguinte, do presente) – cujos elementos estão além das cronologias ou etapismo – , “no qual a hegemonia de uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência, em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado” (Idem: 42). Portanto, refletir – ainda que propedeuticamente – sobre a hegemonia do projeto profissional, exige assinalar os embates históricos das classes sociais (destacando alguns elementos de sua processualidade), os quais se localizam nas disputas de projetos coletivos, à medida que os projetos profissionais possuem, na sua dinamicidade, “uma consonância com o sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera”( NETTO: 1999,95). Isto é, as profissões circunscrevem-se na organização econômica, ideopolítica e cultural das relações sociais, participam da (re)produção social e respondem pedagogicamente à manutenção de um “conformismo autoritário” ou contribui para a construção de uma “individualidade e personalidade crítica [que] alcançam o homem-coletivo” (Gramsci: 2004). Certamente, capturar essa contradição e apreendê-la dialeticamente exige recursos teóricos e políticos caucionados no pensamento crítico, cujo acúmulo o serviço social vem registrando bravamente.

Tal acúmulo se concentra num fio analítico fortemente sustentado em três premissas indissociáveis. A primeira diz respeito ao *significado social da profissão*. Enquanto profissão inserida nas relações sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), participe do trabalho coletivo e com organicidade sócio-política, o serviço social atua nos aparelhos privados de hegemonia, podendo ainda constituir-se como um desses aparelhos, um elemento

---

<sup>2</sup>Sem espaço para problematização acerca da crítica ao romantismo no pensamento marxiano e na tradição marxista, destacamos um trecho dos Grundrisse, Fundamentos da Crítica da Economia Política (1857-1858): “Nos períodos anteriores da evolução, o indivíduo gozava de uma maior plenitude justamente porque, não dispondo ainda de condições materiais plenamente desenvolvidas, encara-lhes como forças e relações sociais independentes de si. Aspirar a essa plenitude do passado é tão ridículo quanto desejar a manutenção do estado atual de penúria. A concepção burguesa jamais conseguirá ir além da oposição ao ponto de vista romântico e, portanto, ele vai acompanhá-la, como sua legítima antítese até o bem aventurado fim da burguesia”

estratégico da hegemonia burguesa, se remetermos ao seu processo de gênese e institucionalização no Brasil. A segunda premissa trata do *vinculo do serviço social com a questão social*, isto é, tendo a questão social em suas expressões e formas enfrentamento, o elemento justificador de sua legitimidade profissional, o serviço social dialoga com os componentes formadores da questão social – a desigualdade e a rebeldia – bem como com os projetos das classes sociais em disputa, podendo fortalecer um ou outro projeto “pela mediação de seu oposto” (IAMAMOTO; CARVALHO: 2005, 75).

Através desse dialogo, estabelecem-se as bases para a construção de uma hegemonia profissional atrelada, necessariamente, à defesa de um determinado projeto hegemônico. Aqui, esboça-se o terceiro elemento, a dimensão *ideopolítica*, manifesta na organização política da profissão, em sua processualidade interventiva e formativa e, principalmente, nos posicionamentos e articulações críticas que adensa o vínculo do serviço social com as lutas dos trabalhadores. Para tanto, é necessário debatermos (ainda que parcamente) as conexões entre classes e intelectuais, referenciados na obra gramsciana.

## 2. **CLASSES SOCIAIS E INTELLECTUAIS:** organizadores da direção intelectual e moral

“A história das sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (MARX:2007,40). Ao nos deparamos com esta afirmação no Manifesto Comunista extraímos, de imediato, duas reflexões: a primeira é de que a história da humanidade é de sangue e opressão e, portanto, todo objeto que privilegie a análise da vida social deve considerar as lutas e resistência que os homens vêm construindo ao longo de sua existência. E a segunda é que tal afirmação exige uma monstruosa capacidade de interpretar o real, à medida que articula e desvela as múltiplas determinações que produzem a sociedade – e são por ela produzidas – e as particularidades organizativas das classes sociais, da existência material e social dos homens.

Provocados por esta reflexão, este artigo configura-se, assim, como um exercício de entender uma das variações que compõem a epopéia da história, dos cantos ecoados pelos homens no seu processo de produção e reprodução da vida social, das construções de homens e mulheres *de carne e osso* – como afirma Marx na Ideologia Alemã – que na vida concreta constrói seus acordes para a sinfonia coletiva. Entendemos que o essencial, a variação privilegiada dessa sinfonia serão os acordes da *hegemonia* e, através dela, os sons de opressão e resistência que marcam a história. Aqui o compositor e a música se confundem, se determinam e são determinados.

Nessa perspectiva, é importante assinalar que a nossa discussão da hegemonia está ancorada em duas premissas: a primeira, é que a tratamos como um fenômeno do mundo moderno – da sociedade burguesa – e *um momento privilegiado* da política. Isto é, embora os processos que forjam a formação de um momento hegemônico sejam produzidos na estrutura – da organização econômica e das relações sociais de produção de cada tempo e sociedade – a sua exposição e concretude se dão de forma privilegiada no terreno da superestrutura, da base jurídica e política que organiza as relações sociais. A segunda, é que a discussão da hegemonia – das particularidades e componentes estruturais – exige previamente a discussão das classes sociais fundamentais- burguesia e o proletariado – e, conseqüentemente, das particularidades da formação social e econômica que as produzem e que tem como expressão de sua *antítese* à propriedade privada, afinal “proletariado e riqueza constituem opostos. E nessa condição formam um todo. Ambos são formas do mundo da propriedade privada” (MARX & ENGELS: 2009,47).

É no trânsito da produção material e reprodução da vida social que as classes sociais se formam. Ao compreender como são os homens, o que eles fazem ou fizerem deles, o que e como produzem, Marx sinaliza o trabalho como elemento formador do homem e, conseqüentemente, da consciência, que se modifica à medida que atende às necessidades, produz outras tantas e, assim, altera as forças produtivas de uma dada formação social. A divisão social e técnica do trabalho – “a distribuição desigual, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos” – estabelece fissuras entre o trabalho manual e intelectual e torna a ação do homem estranha<sup>3</sup> a ele, “um poder o homem que subjuga o homem em vez de por este ser dominado” (Idem:37), tornando, assim, a existência alienada, em que o homem se aliena da natureza, de si mesmo, da sua condição genérica e dos outros homens.

Assim, o debate das classes não pode ser descolado da objetividade que as definem e, uma vez que a hegemonia localiza-se, inteiramente, no embate das classes sociais, é interessante apontarmos brevemente o papel da consciência de classe na construção da hegemonia, à medida que é pela consciência que se desenha a ação política dos sujeitos e das classes. Se os homens são o quê e como produzem, interessa-nos então compreender como se formam as dimensões *em si* e *para si* na produção da consciência de classe.

---

<sup>3</sup>“O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque a própria cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabe nem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma seqüência particulares de fases e etapas do desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir” (MARX: 2007, 38)

As transformações no processo produtivo, à medida que se redefinem os antagonismo da sociedade burguesa instauram, assim, mudanças na formas de ser das classes<sup>4</sup>, de sua consciência *em si* e para si. A dialética do processo de formação da consciência de classe responde, segundo Meszaros (1993), a aspectos de *contingência* e *necessidade*, em que a contingência de sua existência pode definir as potencialidade de sua extinção. Isto é, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora apresenta-se como elemento indispensável para a reprodução da ordem sociometabólica do capital.

Pelo mesmo processo de legitimação, pode-se se construir a necessidade histórica para a negação das bases societárias que a produz. Assim, enquanto a consciência de classe contingente *percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições*, a estreiteza da compreensão de sua existência denota a necessária tarefa de compreender *as suas interrelações* (p.118), a necessidade de sua autoextinção. A conquista da consciência de classe para si dependerá, portanto, e não somente de uma ação política radical que transcenda a luta de uma classe contra outra classe (classe em si) e que se coloque no horizonte da alternativa socialista e da extinção da velha forma de sociedade. Assim, “o conceito do proletariado também como uma classe para si implica uma universalidade autoconstituente, isto é, uma oposição consciente não somente à particularidade burguesa, mas a qualquer particularidade, inclusive aquela que acompanha necessariamente todas as formas do ‘poder político propriamente dito’ mesmo se estiver nas mãos do proletariado” (MESZAROS:1993,120).

É no intercambio entre o fazer-se de uma classe e suas as aspirações coletivas que se desenham os projetos societários, que nada mais são que projetos hegemônicos, a cristalização do *embate político* das classes sociais. Os elementos que formam os projetos hegemônicos surgem da própria *atividade sensível* dos homens e se remetem às questões recorrentes da vida cotidiana – o poder, a economia, a política, a cultura – tratadas nos jornais, na literatura, nos trabalhos acadêmicos, sob os mais diferentes ângulos e perspectiva teóricas e políticas.

Para Gramsci a hegemonia não está reduzida a um aspecto da vida social<sup>5</sup>- político, econômico ou jurídico –, mas compõe a sua totalidade. Isto é, é constitutiva da formação

---

<sup>4</sup> Segundo Meszaros, para que possamos apreender a consciência de classe em Marx é necessário considerarmos o conceito de *causalidade social*, a idéia de qualquer “toda conquista humana introduz um elemento novo no conjunto complexo de interações que caracteriza a sociedade em qualquer tempo determinado” (p. 78).

<sup>5</sup> Conforme GRUPPI (1978,p.3), em Gramsci, o conceito de hegemonia é apresentado em toda a sua plenitude, “isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.”

social, à medida que pressupõe a construção de uma vontade coletiva e requer três elementos ou condições histórico-culturais para sua formulação: *o bloco histórico, os intelectuais e uma direção intelectual e moral*. A hegemonia pressupõe, assim, a conjunção de forças sociais capazes de projetar e construir “uma situação histórica global” – isto é, o *bloco histórico*, com a mediação privilegiada dos *intelectuais*, enquanto grupos que desempenham funções organizativas e educativas estão, organicamente, vinculados as classes em disputa.

Para além do desenvolvimento político-prático dos instrumentos de direção e do consenso, a hegemonia solicita um grande progresso filosófico, já que implica e supõe “uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real” (GRAMSCI: 2001,104). As forças sociais – as classes – ao adquirem organicidade política e autoconsciência crítica demandam para a construção de projetos e relações hegemônicas – a presença dos intelectuais<sup>6</sup>, enquanto representantes especializados, organicamente vinculados às classes sociais fundamentais e elaboradores dos seus aspectos culturais e ideológicos. Assim, a capacidade de organização política e social de uma classe também se define pela presença dos intelectuais, desse grupo autônomo que exerce a mediação entre a produção material e a consciência política, ideológica e cultural de cada época e formação social e econômica. A natureza mediadora dos intelectuais atrela-se à capacidade que estes têm de refletir sobre a base social que os produzem e, ao decodificar as nuances da vida social, direcionar-se política e eticamente para os interesses de uma classe.

Ao desmitificar o papel do intelectual, Gramsci também desce a filosofia de seu patamar acadêmico e profissional, ao compreender que *todos os homens são filósofos*<sup>7</sup>, todos os homens pensam e têm potencial criativo. Logo, a construção de uma hegemonia anticapitalista passa pelo desafio de considerar os homens como sujeitos históricos, com capacidade para criticar a concepção do mundo, “torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído” (GRAMSCI:2004,94). O elemento unificador dos intelectuais reside no trabalho, no significado da atividade que estes desenvolvem no mundo da produção. Analisando a função dos intelectuais, Gramsci os classifica em duas categorias – o orgânico e o tradicional, cuja apreensão das diferenças

---

<sup>6</sup> Segundo Brocoli (1977, p.113), “Toda obra gramsciana está percorrida por este tema, como uma insistência que revela o tormento crítico necessário pela necessidade deste aprofundamento”.

<sup>7</sup> É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são filósofos, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a ‘todo mundo’, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore”(GRAMSCI:2004, p.93).

entre ambos se faz de forma complexa. A direção ideológica<sup>8</sup> e cultural necessária para romper com a dimensão *econômico-corporativa* – restrita à alienação, à exploração e à reificação das relações sociais – perpassa pelo protagonismo dos intelectuais (e partidos, políticos e ideológicos) de um projeto hegemônico alternativo, com valores anticapitalistas, potencializando, assim, a dimensão *ético-política* – em que os homens adquirem consciência crítica, se percebem como sujeitos históricos e projetam formas de ruptura e de negação à sociabilidade burguesa, em que as classes trabalhadoras constroem a capacidade de se colocarem *para si*, como construtora de um outro bloco histórico.

### 3. Serviço social e lutas de classe: fundamentos do projeto profissional

Recorrendo a algumas determinações que possibilitaram a construção do projeto ético-político, veremos que este se apresenta quase como corolário do processo de organicidade que a classe trabalhadora engendrou – em seus avanços e recuos – nas últimas três décadas do século XX, para eliminação das tramas coercitivas da autocracia burguesa, a instauração da democracia e de uma referencialidade de marcos políticos e legais garantidores da cidadania<sup>9</sup>. Nessa perspectiva, analisar a hegemonia do projeto profissional do serviço social requer necessariamente compreender com quais projetos de sociedade essa profissão dialoga e como tais projetos societários influenciam, tensionam e afirmam suas construções e fazeres, numa sociedade fortemente marcada por traços autoritários e coloniais<sup>10</sup>, cuja modernização solicitou a manutenção de perversos ciclos de autoritarismo e atrasos nas relações sociais e na instauração da cultura política do país. As lutas sociais nas décadas de 70 e 80 apresentam intensidade e riqueza – constituída por inúmeras organizações com bases diversificadas (empresarial, sindical, populares) – ao mesmo tempo em que sinaliza uma efetiva complexificação nos processos de direção e construção da hegemonia. Assim, a “simultaneidade da emergência de múltiplas organizações

<sup>8</sup> A ideologia é entendida como um componente da superestrutura, “o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individuais e coletivas” (GRAMSCI: 2004,99).

<sup>9</sup> “Nas condições brasileiras de então, as requisições contra a exploração imperialista e latifundiária acrescida das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checavam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo bloco de forças político-sociais poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma *nova hegemonia* e na implantação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social” (NETTO: 1998,23).

<sup>10</sup> “Esses processos influenciam-se reciprocamente, em diferentes modalidades, conforme a época, o lugar e a ocasião. (...) Cada presente, a partir da perspectiva deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe, pode suscitar um modo de resgatar o passado – e imaginar o futuro” (Ianni:2004, 54).

populares (com enorme potencial democratizante e, em muitos casos, com perfil nitidamente anticapitalista) em luta contra a ditadura militar e das expressões de descontentamento empresarial contribuiria para uma extensão acrítica do termo ‘sociedade civil’”(Fontes: 2001,227) e, por conseguinte, uma aparente fragmentação da luta de classe.

A luta pela democracia na sociedade brasileira ressoou no meio profissional, qualificando os sujeitos da categoria como protagonistas deste processo macrossocial de resistência à ditadura e possibilitando a esta profissão a consistência crítica ao pensamento conservador. No entanto, a conquista tardia de referências mínimas de cidadania – aqui no Brasil e estendendo-se aos países latinoamericanos – colide com a organização econômica, política, social e cultural da hegemonia neoliberal, apresentando elementos coibidores das determinações conjunturais que produziram o projeto profissional. Tal descompasso parece destruir as sinfonias das lutas de outrora, esfacelando algumas notas e homens que as produziram.

Mais recentemente, o embate entre a proposta neoliberal de defesa do livre mercado e da intervenção mínima estatal e as prerrogativas do (neo) desenvolvimentismo, que se aprofunda nos governos petistas sob a defesa da intervenção do Estado na economia como recurso ao desenvolvimento econômico, agudizam-se e constituem-se como um dos elementos importantes para entender o desfecho do golpe parlamentar e midiático cujas consequências se desvelam horrorosas cotidianamente. Os desafios que esta conjuntura apresenta a profissão e como vimos responde a tais rebatimentos é uma arena analítica aberta, necessária e plena de potencialidades.

Como assinalamos anteriormente, o golpe de 2016 assinala desafios à democracia. O impeachment de Dilma Rousseff é muito mais que uma ação de um grupo de parlamentares querendo “estancar as sangrias da Lava Jato” nem tampouco “um levante das elites sobre um governo dos e para os trabalhadores”. Conforme Boito Jr., os interesses que produziram a deposição do governo Dilma “são interesse de classe, que envolvem grandes massas da população trabalhadora, que afetam os negócios das grandes empresas brasileiras e estrangeiras, modelam o perfil da economia e, inclusive, tem conseqüências importantes na política latino-americana e mundial” (2016:26).

Os governos Lula e Dilma reforçam os interesses das frações burguesas, cujo apoio foi determinante para sua manutenção no poder. A retórica da democracia e dos direitos humanos ocultou as fissuras estruturais e a disputa de projetos societários anticapitalistas parecia restringir suas margens de possibilidades, à medida que alguns movimentos sociais

e partidos apostaram na institucionalidade do Estado, deslocando-se um pouco da perspectiva classista da luta social. As pactuações, tão necessárias e nefastas aos governos petistas, produziram um saturamento ou uma capacidade de dar respostas às frações burguesas que os apoiaram. O ciclo expansivo da economia, as tentativas de redistribuição ou desconcentração de renda (sem em nada alterar a riqueza socialmente produzida), a ampliação de vagas nas universidades públicas (ainda que de forma precarizada e desordenada) e a visibilidade de mulheres, jovens, negros; bem como de políticas que resgatem o direito à memória e à verdade (esta última sem o desvelo completo das atrocidades da ditadura militar) aparecem como afronta aos interesses de uma burguesia amorfa, “ que odeia os pobres, alimenta-se historicamente do autoritarismo e encontra nos ecos antidemocráticos no neoliberalismo terreno de expansão de seus tentáculos de extinção de direitos e reprodução da intolerância e da barbárie. Assim:

“Vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ele não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. (...) assim, criou-se no Brasil uma situação de impasse em que o golpe de Estado encontrará forte resistência popular e deverá evoluir, conforme as medidas regressivas assumidas por um governo ilegítimo sejam adotadas, para uma inédita insatisfação das lutas sociais. (Braga: 2016, 60).

No aspecto evolutivo do golpe, assistimos desmandos, denúncias de corrupção que atingem o presidente ilegítimo e uma grande parcela do Congresso Nacional, além da brutal retirada dos direitos dos trabalhadores, mediante os cortes orçamentários para as políticas públicas, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a votação do PL do Veneno, aos novos parâmetros para a educação básica e o ensino médio, além dos cortes de verbas e da precarização massificada para o ensino superior público. O registro dessas pequenas reflexões intercala-se com o acompanhamento da espetacularização do judiciário ou sua partidarização, cujo registro maior reside na prisão do ex-presidente Lula, sem provas consistentes e por uma clara finalidade política.

Portanto, se as esperanças de melhores condições de vida para os trabalhadores, depositadas nos governos petistas, foram abandonadas pelo reformismo e a (re)atualização da política de consensos, em que “a questão da política parece ter perdido sua aspereza e se transformado na gestão e formulação de pactos sociais” (Dias, 2004:16); hoje, os trabalhadores tem o desafio da unidade, sem perda de princípios, mas com um claro objetivo tático: defender a democracia, com todas as restrições a ela imputadas na sociedade burguesa, os direitos sociais, humanos e o combate a todas as formas de autoritarismo.

Os tempos estão “prenhes” de adversidades, mas nelas também residem potencialidades. Responder às primeiras e elaborar as segundas exige qualificação teórica e ousadia político-prática. O serviço social não fica alheio a estes movimentos e vem respondendo, através dos posicionamentos dos intelectuais e das entidades políticas da categoria, intransigentemente, em articulação com as lutas dos trabalhadores que se localizam na trincheira de defesa dos direitos (e para além destes), da liberdade, da democracia e da justiça social.

Obviamente, os posicionamentos de combate a todas as formas de opressão, ao machismo, a misoginia, ao extermínio de jovens, da população que vive nas favelas e aos militantes; o enfrentamento a todas as formas de preconceito, segregação e ao autoritarismo não expressam uma homogeneidade na categoria profissional, uma vez que os ecos conservadores e reacionários desta profissão não foram suprimidos inteiramente, mas se apresentam como o acúmulo teórico, ético e político consolidado, fruto de estudos, pesquisas e densas reflexões sobre a vida social, estado e sociedade, classes e lutas sociais, formação social brasileira e sobre os processos que conformam o trabalho e a formação profissional. Tal acúmulo precisa ser cada vez mais afirmado, à medida que a nossa condição de trabalhadores assalariados desvela os limites, mas também as possibilidades.

Assim, destacamos dois rebatimentos aparentes desta conjuntura ao serviço social. A primeira se localiza no agravamento da questão social e nas respostas que lhe são formuladas. Isto é, o aumento da desigualdade e a retração dos direitos sociais exigirão dos assistentes sociais capacidade crítica para não sucumbirem à lógica produtivista presente nas políticas sociais, não capitularem numa perspectiva fatalista ou messiânica diante das precárias condições de trabalho e de remuneração e, sobretudo, não abandonarem as perspectivas teórico-metodológicas que direcionam a formação profissional por tendências despolitizadas, empiristas e análises deslocadas da totalidade. O trabalho do assistente social pode qualificar o componente da rebeldia na questão social e este adensamento não se localiza nas ações singulares, mas coletivas: seja entre os profissionais, seja destes com os demais trabalhadores.

Outro elemento de desafio e tensão reside na afirmação da perspectiva teórica e nos vínculos políticos que o serviço social vem assumindo. A teoria social crítica, principalmente as abordagens marxianas e marxista se tornam indispensáveis para compreender os projetos em disputa, a necessidade de fortalecer as perspectivas democráticas e de cidadania (sem esquecer dos vínculos que se tem com a defesa de uma outra sociabilidade)

e as novas expressões da questão social e exigências do trabalho profissional. Certamente, as tensões no interior do pensamento crítico surgirão e exigirão lucidez e consciência ético-política.

A dialética não pode captular diante dos determinismos, fatalismos e ausência de criticidade, afinal, trata-se de uma profissão que há aproximadamente quatro décadas não se furta à luta e à crítica. Assim, torna-se imprescindível compreender qual o horizonte macroscópico que unifica as lutas e resistências das diversas organizações e forças políticas dos trabalhadores, de caráter anticapitalista, que materializam resistências no cenário contemporâneo brasileiro. Tais disputas e tensionamentos impedem a unicidade da esquerda – salvaguardando as necessárias diversidades e divergências de estratégias e fundamentos – bem como qual direção social se prioriza no embate com o projeto hegemônico do capital. Tais questões se sintonizam com a compreensão de que o estabelecimento de uma nova justiça distributiva e comutativa é de uma liberdade que não fundamente a propriedade privada – mas humanize “os sentidos dos homens e crie uma sensibilidade humana correspondente a toda riqueza do ser social” (MARX: 2002:144) – é condição para a construção de um projeto contra-hegemônico, direcionado a emancipação humana.

#### 4. REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis Pedagógicos da Prática Profissional*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JR., Armando. *Os atores e o enredo da crise política*. IN: Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAGA, Ruy. *O fim do Lulismo*. IN: Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no brasil. São Paulo: Boitempo, 2016

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

FONTES, Virginia. *Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Ed.UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni di Cárcere*. Roma: Instituto Gramsci, 1978.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 01, Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benetto Croce. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 02, Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 04, Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. A idéia do Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, Mauro Luis. *A metamorfose da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: expressão Popular – 2006.

MARX, Karl. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

\_\_\_\_\_. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. “A construção do projeto ético- político profissional frente à crise contemporânea.” *In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 01. Brasília: Centro de Educação à Distância, Universidade de Brasília (CEAD – UNB); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1999.

\_\_\_\_\_. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

SIMIONATTO, Ivete. “As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade”.

*In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social: reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 01, Brasília: Centro de Educação à Distância da Universidade de Brasília (CEAD - UNB); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), 1999.

